PROJETO DE LEI Nº <u>0</u>20, DE SETEMBRO DE 2.022.

Altera a redação do inciso I do art. 2° da Lei Municipal n°. 977/2019 para incluir novo plano de equacionamento do déficit atuarial.

A PREFEITA MUNICIPAL DE LUÍS CORREIA, Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as leis em vigor e com os poderes que lhes são conferidos pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1°. O inciso I do art. 2° da Lei Municipal n° 977/2019 passa a vigorar com a seguinte redação e planilha:

"I - A contribuição mensal compulsória da Prefeitura, Câmara, Autarquia e Fundações Públicas do Município, incidente sobre o salário de contribuição dos servidores ativos, inclusive sobre o abono anual, no valor de 14% (quatorze por cento) a título de contribuição ordinária, bem como conforme alíquotas definidas no plano de equacionamento do déficit atuarial abaixo a título de contribuição extraordinária":

Ano	Alíquota
2022	4,50%
2023	8,00%
2024	16,50%
2025	25,10%
2026 a 2065	29,48%

Art. 2º Esta Lei e suas disposições gerais entrarão em vigor no primeiro dia do quarto mês subsequente ao da data de sua publicação, ficando revogadas todas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Poder Executivo Municipal de Luís Correia, Estado do Piauí.

Luís Correia/Pl, 22 de setembro de 2022.

MARIA DAS DORES FONTENELE BRITO Prefeita Municipal



MENSAGEM ao Projeto de Lei nº 020 /2022, Luís Correia/Pl, 22 de setembro de 2022.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Com cumprimentos cordiais a Vossa Excelência, nobre presidente desta Casa Legislativa, bem assim aos demais Senhores e Senhoras Vereadores, na oportunidade aprazada em que estamos enviando para apreciação deste parlamento o Projeto de Lei em questão, em regime de urgência, fazendo acompanhá-lo da seguinte:

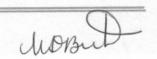
JUSTIFICATIVA:

Tenho a honra de encaminhar o anexo Projeto de Lei, que institui o plano de equacionamento do déficit atuarial do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Luís Correia, após sua adequação à Emenda Constitucional nº 103/2019.

A iniciativa da proposta é para cumprir as exigências legais junto à Secretaria de Políticas de Previdência Social (SPPS) com o fim de ajustar pontos para o ideal funcionamento e organização do Fundo de Previdência do Município de Luís Correia a busca do Equilíbrio Financeiro e Atuarial, bem como a manutenção da regularidade do CRP — Certificado de Regularidade Previdenciária.

Todo Regime Próprio de Previdência deve realizar anualmente seu Cálculo Atuarial com o objetivo de verificar a saúde financeira do regime previdenciário, conforme exigência legal da Secretaria de Previdência/ME.

Quando a Secretaria de Previdência e Atuário detectam a necessidade de mudanças de alíquotas, exigem que estas modificações estejam definidas em lei traçando assim um plano de amortização do déficit atuarial e consequentemente mantendo regular o critério "Equilíbrio Financeiro e Atuarial".





Portanto, todos os Entes Federativos que possuem Regimes Próprios deverão possuir Lei regulamentando os parâmetros adotados para equacionar seu déficit.

As alíquotas suplementares determinadas neste projeto de Lei foram definidas com base no Cálculo Atuarial para 2022, mas não significa que o Município irá adotar todas as alíquotas da tabela durante os próximos anos, em razão da necessidade de elaboração de novos cálculos à cada exercício.

A exigência está definida na legislação abaixo relacionada:

Artigo 1°, caput e inciso I da Lei n°. 9.717/98:

Art. 1º Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

 I - <u>realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço</u>, bem como de auditoria, por entidades independentes legalmente habilitadas, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e beneficios;

Artigo 5°, II, "a" e "b" da Portaria nº. 204/08 do MPS:

<u>Art. 5°</u> A SPS, quando da emissão do CRP, examinarão cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e das exigências abaixo relativas aos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS:



GABINETE DA PREFEITA

- II <u>observância do equilíbrio financeiro e atuarial</u>, correspondente à implementação, <u>em lei</u>, atendidos os parâmetros estabelecidos pelas Normas de Atuária aplicáveis aos RPPS, do que segue:
- a) alíquotas de contribuição necessárias para a cobertura de seu plano de beneficios; e
- <u>b)</u> <u>plano de amortização</u> ou a segregação de massas para equacionamento de seu déficit atuarial.

E por fim o artigo 19 da Portaria MPS nº. 403/08:

Art. 19. O <u>plano de amortização</u> indicado no Parecer Atuarial <u>somente será</u> <u>considerado</u> implementado a partir do seu estabelecimento <u>em lei do ente</u> <u>federativo</u>.

Trata-se, como se vê, de medida da maior relevância e de indiscutível interesse público, merecedora, portanto, do acolhimento por parte dessa augusta Casa de Leis.

Enunciados, assim, os aspectos fundamentais do projeto, reitero a Vossa Excelência os protestos de minha elevada consideração.

MARIA DAS DORES FONTENELE BRITO
Prefeita Municipal



OFÍCIO/GAB nº. 285/2022

Luís Correia, 23 de setembro de 2022.

Ao Ilmo. Senhor Presidente da Câmara dos Vereadores Artranho Barros Mota

O Gabinete da Prefeita vem por meio deste, ENCAMINHAR a essa casa legislativa o Projeto de Lei, que altera a redação do inciso I do art. 2º da Lei Municipal n. 977/2019 para incluir novo plano de equacionamento do déficit atuarial, conforme segue em anexo.

Sendo o que se apresentava para o momento, ressalto os votos de estima e consideração nos colocando sempre à disposição.

Atenciosamente,

FERNANDA SILVA DE SOUZA

Assessora Administrativa do Gabinete da Prefeita

Fernanda Silva de Souza Ass. Adm. do Gabinete Luís Correia-Pl

RECEBIDO EM

lago Costa de 13-28 CPF: 021.297.913-28 CPF: oznador Interno